

A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA ARGENTINA NOS ANOS 2000

VITOR EDUARDO SCHINCARIOL
Universidade Federal do ABC (UFABC)

RECEBIDO: 11 de Fevereiro de 2012 / ACEITADO: 31 de Julho de 2012

Resumo: Com uso do método histórico-descritivo, este texto discute o padrão de políticas econômicas adotadas pela Argentina, bem como comportamento da economia ao longo dos anos 2000, particularmente entre 2003 e 2011. Argumenta-se que a política econômica obteve sucesso em elevar o volume de emprego, ainda que aliada a diversos elementos que também explicam o crescimento obtido, tais como alta capacidade instalada previamente na indústria, a desvalorização cambial e o aumento da demanda internacional por “commodities”. Conclui-se que as políticas adotadas tiveram sucesso na recuperação do volume de emprego mas que a economia apresenta debilidades que podem dificultar a obtenção de uma trajetória similar no futuro, particularmente no que se refere à dependência do comércio exterior.

Palabras clave: Economia argentina / História econômica argentina / Política econômica / América Latina.

Argentina's Economic Recovery During the 2000's

Abstract: This work aims to describe the economic policies adopted by Argentinian government during the 2000s, particularly between 2003 and 2011, as well as to describe the performance of the economy, through a method of historical description. The text argues that economic policies were successful to foster employment, but that they were helped by previous low utilization of existing industrial capacity, low exchange rates and increasing demand for commodities. It concludes that implemented policies were adequate but that structural deficiencies may prevent future growth, specially Argentina's heavy dependence on foreign trade.

Keywords: Argentinean economy / Argentinean history / Economic policy / América Latina.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa caracterizar os principais aspectos das políticas econômicas adotadas na Argentina desde a eleição de Néstor Kirchner em 2003 até o presente momento (2012), bem como o desempenho global da economia argentina no mesmo interlúdio. O interesse pelo caso argentino encontra-se no fato de que a experiência de administração econômica argentina ao longo do período 2003-2012 tem constituído um caso particularmente destacado de alternativa às políticas de corte ortodoxo previamente adotadas na área latino-americana.

Os resultados macroeconômicos obtidos desde 2003 na Argentina têm se destacado como particularmente positivos, se vistos de um prisma do volume do emprego e da recuperação da capacidade fiscal do Estado. Ainda que, como se argumentará, tais resultados não tenham dependido apenas das políticas domésticas, o caso argentino é pedagógica no cenário latino-americano, já que outras nações da região (Brasil, Uruguai, Equador, Venezuela, dentre outros)

também finalizaram os anos noventa com situações econômicas críticas no aspecto social e econômico. Uma história econômica do tempo recente comparativa entre Argentina e outros países da região traria resultados potencialmente ricos, num cenário onde há a necessidade da construção de um *saber-fazer* comum a estes países, dadas suas dificuldades similares. O estudo do comportamento econômico argentino constitui então um passo neste sentido.

Assim, este trabalho visa: 1) caracterizar as linhas gerais das políticas econômicas adotadas na Argentina entre 2003 e o momento atual (2011); 2) descrever os determinantes macroeconômicos da recuperação da economia argentina no mesmo período. A abordagem é feita a partir de uma metodologia histórico-descritiva, sob inferências estruturalistas, com uso de dados das Contas Nacionais argentinas. Estes são fornecidos pelo Ministério de Economia da Argentina, do Banco Central da República Argentina e outras instituições oficiais. Eventualmente lança-se mão de regressões lineares para inferências adicionais. Argumenta-se que 1) a combinação de políticas expansivas, de corte heterodoxo, com 2) um cenário prévio de alta capacidade ociosa e 3) um ambiente internacional favorável foram os elementos responsáveis por um desempenho da economia superior ao visto ao longo dos anos noventa.

A divisão do texto é feita da seguinte forma: além desta introdução, na seção 2 faz-se descrição do perfil de políticas adotadas; na seção 3 faz-se uma análise empírica do desempenho da economia; na seção 4 faz-se um balanço.

2. ASPECTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA, 2003-2011

Néstor Kirchner foi eleito em 2003 sem grande apoio popular (22% dos votos). Quando de sua eleição, não era mais possível prolongar o tipo de políticas anteriores. O novo presidente e sua base de apoio tinham outro perfil político quando comparado aos administradores que o precederam. De certa forma, eles ocupavam um “vácuo” de poder, deixado pelas sucessivas renúncias de presidentes anteriores, num espaço curto de tempo. Kirchner buscava resgatar no campo econômico uma perspectiva mais heterodoxa e desenvolvimentista, temperada localmente pelo peronismo “nacionalista”. Ressaltava a importância da participação do Estado para a administração macroeconômica. Defendia os serviços públicos argentinos, em contraposição à tendência privatista dos anos anteriores. Sua ênfase no “nacional” diferia dos anteriores discursos dos dirigentes desde a última ditadura militar argentina de 1976, que privilegiaram a internacionalização da economia e os setores agroexportadores, com perdas para o setor industrial.

A Argentina tinha à frente uma difícil situação externa em 2003. Depois do *default* de 2001, deu-se queda dos investimentos diretos e empréstimos externos ao país, com sucessivos resultados negativos na conta de capitais. Em 2001, obteve-se valor negativo na conta de capitais de 5,1 bilhões de dólares; da mesma forma, deram-se negativos 11 bilhões em 2002 e novamente resultados negativos

de 3 bilhões em 2003. Devido à queda dos fluxos de investimentos diretos, a conta de capitais chegou a negativos três bilhões em 2003. Os resultados permaneceriam baixos ao longo da década –a média de atração de recursos foi de 12 bilhões nos dez anos anteriores a 2001–. Estes valores foram em parte compensados pela diminuição do pagamento de juros, que caíram de doze bilhões em 2001 a dez bilhões em 2002, e depois a nove, seis e cinco bilhões nos próximos três anos.

Elemento central da política adotada foi a exitosa negociação da dívida externa, junto aos credores, que aliviou a restrição externa ao crescimento e as próprias finanças públicas. Néstor Kirchner se destacaria como um negociador hábil, porém firme ao defender os interesses do Estado argentino. Com as exportações saltando de 29 bilhões em 2001 para 40 bilhões em 2005, tornou-se possível uma negociação dos passivos. Em 2005, o governo retomou o processo de regularização da dívida soberana, dívida esta cuja propriedade de aproximadamente 40% era detida por próprios investidores argentinos. Numa negociação bem arquitetada, Néstor Kirchner e seus assessores conseguiram obter dos credores um refinanciamento de aproximadamente 77% da dívida até então em atraso, no que se chamou de *canje de la deuda*. Obteve um grande desconto de face dos títulos, juros menores e atribuição de parte do pagamento ao crescimento futuro do produto¹. A economia respondeu à diminuição da restrição aos gastos do governo e às exportações, que recobriram fôlego, mesmo diante da interrupção dos fluxos de recursos dos mercados internacionais.

O governo argentino buscou manter um câmbio administrado, mediante intervenções do Banco Central no mercado cambial para manter a desvalorização real do peso, a fim de buscar manter saltos comerciais. Isto era necessário porque a Argentina passou a apresentar taxas de inflação mais altas que as do Brasil, o que pressionava para cima o valor real do peso. O salário mínimo argentino foi corrigido de 200 a 500 pesos em 2003. Estatizou-se novamente o sistema de aposentadorias, que até então funcionava sob administração das *Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones*. Isto permitiu uma maior inclusão de beneficiados, mediante a diminuição das contribuições exigidas. E iniciaram-se aumentos sucessivos nos “direitos de retenção” das exportações, que no caso da soja chegou a 35%, mediante a Lei 25.561 e decreto 509/2007, bem como modificações subsequentes².

1 No comunicado de imprensa do governo, informam-se os valores: “*La República Argentina anunció en la fecha [18/03/05] los resultados finales de su oferta global (incluyendo su oferta simultánea en Japón, la “oferta”) para canjear ciertos instrumentos de deuda pública cuyos pagos se encuentran diferidos (los “títulos elegibles”) con un monto elegible agregado (que representa el valor nominal e intereses vencidos e impagos como se describe en los documentos de la oferta de la República Argentina) de aproximadamente U\$ 81.800 millones. [...] Los títulos elegibles ofrecidos y aceptados para canje representaron un monto elegible equivalente a aproximadamente a U\$ 62,3 mil millones*”. <http://www.mecon.gov.ar/finanzas/sfinan/documentos/comunicado_18_marzo_castellano.pdf/>.

2 Para uma análise dos tributos argentinos, ver o documento oficial *Tributos vigentes en la República Argentina a nivel nacional*, seção V.2. <http://www.mecon.gov.ar/sip/dniaf/tributos_vigentes.pdf/>.

Com o desemprego tendo caído de 16% para 7% entre 2003 e 2007, a agremiação *Frente para la Victoria*, liderada por Cristina Fernández de Kirchner, ganhou as eleições nacionais de 2007 com 45% dos votos. Uma das medidas iniciais da administração de Cristina Kirchner foi sugerir uma modificação no regime de taxaço sobre as exportações de soja, milho e trigo, consoante a defesa de um “crescimento para dentro”. Foi feita uma proposta para flexibilizar valores cobrados de acordo com a cotaço do bem vendido, aumentando-se a taxaço nos momentos de alta das cotaço, e rebaixando-a nas conjunturas de baixa. Em 2008, a soja chegava à maior cotaço nominal já registrada, com quinhentos dólares por tonelada. Outros grãos também se valorizavam. A China se tornara a segunda economia em termos de comércio com a Argentina. As vendas cresciam e o governo declarava temer o desabastecimento local, levando a preços maiores.

A proposta, que devia ser aprovada pelo Congresso Nacional para entrar em vigor, foi consubstanciada na resolução 125 do Ministério da Economia. Pela resolução, os valores seriam alterados, sendo flexibilizados de acordo com a cotaço. O governo afirmava visar estabilizar as exportações e manter o abastecimento interno, evitando preços maiores para itens básicos da alimentação, além de aumentar a tributação propriamente dita, de acordo com o momento mais favorável, para fins redistributivos. Como resultado de maior prazo, almejava-se manter a oferta doméstica e alterar os preços relativos para canalizar investimentos em outras áreas, evitando-se a especialização regressiva em primários³.

A tributação não possuiria valor fixo, como até então funcionava (até aquele momento, chegava a aproximados 35%) (Basualdo, 2008). Com a nova resolução, a uma cotaço de 200 dólares por tonelada, a tributação cairia a 20%. Ultrapassando 500 pesos, subiria a 49%. No caso de o valor da soja atingir 201 dólares por tonelada, ter-se-ia um valor cobrado pelos direitos de exportação de 20% de taxaço total, segundo a fórmula adotada. O valor se elevaria para 29% caso a tonelada da soja atingisse, por exemplo, 399 dólares. E esta porcentagem seria elevaria para 70% caso a cotaço chegasse a 600 dólares.

A tributação se daria mediante a aplicação da fórmula:

$$d = VB + AM (FOB - VC) \times 100 \div FOB$$

onde d = alíquota do imposto de exportação (porcentagem das “retenções”); VB = valor básico cobrado pelo governo para os preços por tonelada, de acordo com

3 A resolução 125 afirmava: “*Visto que los precios internacionales de cereales y oleaginosas han registrado un significativo aumento en los últimos años, con una elevada volatilidad de sus tasas de variación interanual; que la persistencia de un escenario semejante podría repercutir negativamente sobre el conjunto de la economía a través de mayores precios internos, menor equidad distributiva y una creciente incertidumbre en lo que respecta a las decisiones de inversión del sector agropecuario; que la modificación propuesta del esquema de derechos de exportación aplicables a un subconjunto clave de cereales y oleaginosas constituye una herramienta apropiada para solucionar los problemas previamente mencionados*”. <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/135000-139999/138567/texact.htm/>>.

valores estabelecidos em tabela 1; *AM* = alíquota marginal cobrada para os preços por tonelada, de acordo com valores estabelecidos em tabela 1; *VC* = valor de corte; *FOB* = preço da tonelada do grão em dólares. A tabela 1 mostra os valores mencionados para o caso da soja (outros grãos teriam outros valores similares).

Tabela 1.- Valores para o caso da soja

PREÇOS <i>FOB</i> (US\$/t)	<i>VB</i> (US\$)	<i>AM</i> (%)	<i>VC</i> (US\$)
0-200	0	20	0
200-300	40	32	200
300-400	72	48	300
400-600	120	79	400
600-Em adiante	278	95	600

FONTE: Elaboração própria.

Deste modo, no momento em que a resolução era debatida, a nova norma implicaria um aumento aproximado de 4% das retenções, dada a cotação de 500 dólares em meados de 2008 para a tonelada de soja e a taxa até então vigente de 35%. A nova “retenção” chegaria então a 39%, segundo a tabela, para a soja⁴. To-davia, mesmo com a menor cobrança nos momentos de baixa cotação sinalizadas pela nova resolução, os produtores rurais, com apoio implícito das empresas internacionais exportadoras, iniciaram uma série de atividades de desestabilização do governo, como se a lei representasse um confisco⁵. A lei envolvia a resistência dos exportadores a fim de defender estes aproximados 4% adicionais, e também, evidentemente, uma resistência a possíveis tributações maiores no futuro. Deram-se manifestações contrárias ao governo, com paralisações e comícios. Por fim, a votação de aprovação da resolução no Congresso foi perdida por um voto justamente do vice-presidente da nação, Julio Cobos, recém-convertido à oposição.

O governo argentino, porém, continuou aproveitando-se de um peso mais desvalorizado, com mais exportações à China e Brasil, e do aumento dos investimentos internos, que elevaram a capacidade fiscal do Estado. O Banco Central interviu sucessivamente no mercado cambial para manter os diferenciais entre dólar e peso. Buscou-se expandir investimentos em ciência: o CONICET

4 Para os valores referentes aos outros grãos, ver o texto integral da resolução no endereço oficial acima citado.

5 Afirmou Basualdo (2008): “*En estas circunstancias, se inicia en marzo de 2008 la confrontación analizada, que indica la intención del agro pampeano de terciar en la disputa por la distribución del ingreso y, al mismo tiempo, subordinar a los asalariados y a la producción industrial a su propio proceso de acumulación de capital. En efecto, no se trata de una reacción sectorial ante un impuesto confiscatorio, ya que, como fue señalado, el nuevo régimen de retenciones le reconocía a los productores un incremento del 45% en su rentabilidad, sino de incrementar sus beneficios y ocupar el centro de la escena política y económica definiendo un patrón de acumulación de capital en donde tanto los asalariados como la producción industrial operen de allí en más en función de sus propios requerimientos de expansión*”.

(Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) contratou mais pesquisadores e o governo criou um Ministério de Ciência e Tecnologia, mostrando importância à internalização da criação de tecnologias e conhecimento. Além disto, nacionalizaram-se a *Aerolíneas Argentinas* e a Fábrica de Avião em Córdoba, ambas vendidas sob Menem, e iniciaram-se discussões sobre a reestatização da companhia YPF (*Yacimientos Petrolíferos Federales*).

O governo de Cristina também buscou distribuir renda mediante políticas públicas. Quanto a isto, merece menção a criação da chamada *asignación universal por hijo*. Tratava-se de uma “prestação monetária não retributiva de caráter mensal”, por filhos de famílias cujos chefes se encontrassem desocupados, empregados informalmente ou formalmente mas em situação precária a ponto de sua renda total não atingir um salário mínimo (Decreto 1602/2009). O valor da assinação foi estabelecido em 270 pesos mensais por cada filho, e \$1.080 no caso de haver filhos com capacidades especiais. O 20% do valor total da assinação são recebidos uma vez ao ano, se cumpridos os requisitos de escolaridade e controles sanitários correspondentes ao decreto. No ano 2011 este programa foi estendido também às mães grávidas de mais de três meses de gestação, nas mesmas condições socioeconômicas descritas. Segundo o governo, visava-se amenizar tal situação, particularmente na grande Buenos Aires e no norte do país, onde a pobreza aumentara muito nos últimos anos de neoliberalismo e crise⁶.

Por fim, o aumento das reservas permitiu ao governo de Cristina Kirchner antecipar pagamentos e, tal como apregoava, diminuir o cômputo de juros da dívida pública⁷. Simultaneamente, seu governo aplicou série de programas específicos que visavam estimular a atividade de pequenas empresas, a atividade econômica no norte do país e empresas que exportavam pela primeira vez⁸. Pôs-se em marcha um plano de investimentos públicos em infraestrutura, visando, segundo o discurso oficial, acompanhar o programa de reindustrialização do país e o desenvolvimento econômico com inclusão social.

6 O artigo quinto do Decreto 1602/2009, assim rezava: “Artigo 5º. *La Asignación Universal por Hijo para Protección Social* consistirá en una prestación monetaria no retributiva de carácter mensual, que se abonará a uno solo de los padres, tutor, curador o pariente por consanguinidad hasta el tercer grado, por cada menor de DIECIOCHO (18) años que se encuentre a su cargo o sin límite de edad cuando se trate de un discapacitado; en ambos casos, siempre que no estuviere empleado, emancipado o percibiendo alguna de las prestaciones previstas en la Ley Nº 24.714, modificatorias y complementarias. Esta prestación se abonará por cada menor acreditado por el grupo familiar hasta un máximo acumulable al importe equivalente a CINCO (5) menores”. Ver a información legislativa do Ministério de Economía em <<http://www.infoleg.gov.ar/>>.

7 Comentando o cenário de baixa no fim da década de 2000, José Natanson observava em editorial da versão argentina do *Le Monde Diplomatique*, em Janeiro de 2012 (p. 02): “Argentina no está al margen de la crisis, cuyas repercusiones se sentirán por el achique del comercio global, el menor crecimiento de China (segundo socio comercial de nuestro país) y de Brasil (que no creció en el tercer trimestre de 2011 y se espera que apenas lo haga durante este año), junto a una bajada de los precios de las materias primas. Aunque las variables macroeconómicas se encuentran bajo control, algunas de ellas están lejos de las marcas de opulencia que habían registrado en el pasado”.

8 Uma relação dos programas da segunda administração de Cristina Kirchner (2011 em diante) se encontra em <<http://www.casarsada.gov.ar/sitios-de-gobierno/planes-de-gobierno/>>.

Este quadro sugere que o arco de medidas econômicas atendeu a direcionamentos de tipo “cepalino-estruturalista”, de perfil heterodoxo. Segundo o discurso do governo, buscava-se um perfil de políticas de tipo nacional, com adoção de critérios de interesse estratégico. Particularmente, as *Aerolíneas* haviam sido para a empresa espanhola *Iberia*, também sob Menem, com suspeita de irregularidades. Mesmo com certa confiança inocente no empresário local, o governo de Cristina almejava algum consenso na construção do que Kirchner chamava de “capitalismo sério”, buscando aparecer ao público como um governo que recuperava o nacionalismo perdido nos anos de liberalismo.

Na próxima seção, aborda-se o desempenho da economia argentina à luz deste novo panorama de comportando das políticas oficiais adotadas, bem como da melhoria das condições do comércio exterior e do balanço de pagamentos, mediante uma metodologia histórico-descritiva dos principais agregados.

3. COMPORTAMENTO ECONÔMICO

3.1. PRODUTO E EMPREGO

Entre 2001 e 2011, a Argentina avançou quatro posições no Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, situando-se na 45ª posição. Permanecia porém com um índice de Gini alto, de aproximadamente 50⁹. O desemprego (*desocupación*), que atingia 20,4% da população economicamente ativa em 2003, regrediu ao longo da década de 2000, como conjunto para os 28 aglomerados urbanos do país¹⁰. Segundo o INDEC, em 2004, o desemprego caiu a 14,4%; em fins de 2005, caiu para 10%; em fins de 2007, chegava a 7,5%; em fins de 2008 permanecia na casa de aproximados 7,3%. Como resultado do contexto recessivo da economia mundial, e também da brasileira neste momento final da década de 2000, o desemprego elevou-se um ponto em fins de 2008 e meados de 2009, chegando a 8,3%. Ao longo de 2010, voltou a cair para aproximados 7%, aí permanecendo até a presente data (início de 2012). Neste sentido, à luz do cenário herdado, o comportamento da taxa de desemprego ao longo do tempo pode ser considerado como satisfatório, com uma diminuição de 13 pontos percentuais, aliviando a situação social difícil ainda vivida nos centros urbanos e regiões mais pobres (Jujuy, Salta, Chaco, dentre outras províncias ao norte do país)¹¹.

O comportamento do produto interno bruto (PIB) argentino, construído com dados do INDEC e deflacionado pelo deflator IPC (Índice de Preços ao Con-

9 Ver *United Nations Developing Program 2009* - Anexo Estatístico. Departamento Estatístico da Organização das Nações Unidas. <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf>.

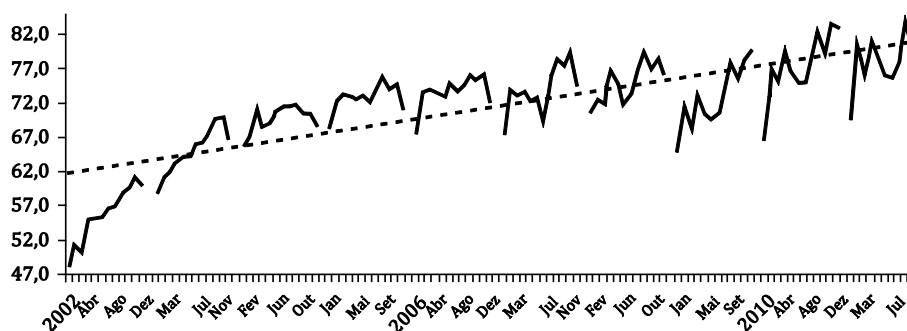
10 Ver em <www.indec.gov.ar> a seção *Empleo y Desempleo. Serie Histórica*.

11 Para mais dados, acessar www.indec.gov.ar, na seção (link) acima citado.

sumidor) para a grande Buenos Aires, demonstrou recuperação ao longo dos anos 2000. Variou positivamente em aproximadamente 3,25 vezes entre 2010 e 2004, sucedendo os difíceis anos da segunda metade da década de 1990. O mesmo se deu com o comportamento do investimento fixo bruto, para a década de 2000. Sua trajetória foi de ascensão, marcada por uma recuperação mais visível em 2004, seguida por uma elevação abaixo da tendência verificada entre 2005 e 2009, para situar-se em 2010 e 2011 acima da tendência¹². O PIB *per capita* real passou de aproximados 8.386 para 32.787 pesos entre 2001 e 2010.

Abaixo dispõe-se um gráfico (gráfico 1) com índices de utilização da capacidade instalada geral no setor industrial argentino ao longo dos anos 2000.

Gráfico 1.- Argentina. Utilização de capacidade instalada no setor industrial, 2002-2011(em %)



FONTE: Elaboração própria com dados do INDEC.

Se se considera uma utilização de capacidade instalada “normal” de aproximadamente 80% do setor industrial¹³, pode-se considerar que entre 2003 e 2007 o crescimento argentino foi em parte relevante baseado numa recuperação do uso de instalações previamente existentes¹⁴. Havia um nível desesperador de 42% de utilização do setor industrial em 2002, um ano depois da desvalorização do peso. Rigorosamente, o país ultrapassou 80% de utilização global da capacidade do setor industrial apenas em setembro de 2010, tendo atingido o valor de 79% em novembro de 2007.

Com um nível tão alto de ociosidade dos fatores de produção no setor manufatureiro, não é estranho que com a modificação das políticas adotadas e a melhoria do cenário externo mediante a desvalorização do câmbio, a atividade recobrasse fôlego: havia uma grande inutilização de máquinas e conhecimentos

12 Ver <www.indec.gov.ar/>.

13 Em 2006, dois anos antes da crise, a utilização de capacidade instalada na economia norte-americana e brasileira era, por exemplo, de aproximados 80%. Ver *Economic Report of the President* de 2011, Tabela B-54 e <www.ipeadata.gov.br/>.

14 Ver a série *Utilización de la capacidad instalada en la industria* no item “Industria Manufacturera” do endereço eletrônico do INDEC.

previamente adquiridos que naturalmente elevava a eficiência marginal destes capitais. Esta recuperação foi fenômeno importante dentro do contexto de falências e ocupação dos mercados locais pelos bens asiáticos, particularmente de consumo. Particularmente, os setores de refino de petróleo e indústrias de metais básicos recuperaram-se de forma bastante mais rápida, atingindo taxas superiores a 90% de utilização a partir de 2007, o que vem compor um importante elemento explicativo da inflação argentina no período.

Assim, a variação do produto entre 2003 e 2007 teve boa parte de sua explicação baseada no vácuo de produção deixado pelas políticas dos anos noventa, mas foi acompanhada também pelo aumento da produção agrícola e agropecuária, tanto para vendas internas como exportações. Na tabela 2 pode-se notar a evolução da composição setorial do produto argentino ao longo dos anos 2000 (em %).

Tabela 2. Argentina. Composição do produto interno bruto, 2000-2010 (em %).

	Agricultura	Indústria	Mineração	Ensino e Serviços Sociais	Administração Pública
2000	4%	16%	2%	6%	6%
2001	4%	16%	2%	6%	6%
2002	10%	20%	6%	5%	5%
2003	10%	22%	5%	5%	5%
2004	9%	22%	5%	5%	5%
2005	8%	21%	5%	5%	5%
2006	7%	21%	6%	5%	5%
2007	8%	20%	4%	5%	5%
2008	9%	19%	3%	6%	6%
2009	7%	20%	3%	6%	6%
2010	9%	19%	3%	6%	6%

FONTE: Elaboração própria com dados do INDEC.

Vê-se que a agricultura mais que dobrou sua posição no produto argentino, o que expressa, dentre outros, a reativação do comércio exterior. A mineração, após breve elevação, tornou a cair novamente no fim da década. E a participação da administração pública, serviços sociais e ensino no PIB mostraram-se estáveis, mostrando menor elasticidade quanto às variações do produto, com leve queda relativa entre 2002 e 2007. Esta queda relativa foi compensada pelo aumento da arrecadação, que permitiu elevações absolutas que sustentaram os programas sociais acima comentados.

A análise de regressão linear ($Y = \alpha + \beta X$), com os principais componentes da demanda agregada (X) explicando o comportamento do produto (Y), forneceu sugestões úteis, apesar da grande auto-correlação dos erros dos resíduos (baixos valores de Durbin-Watson). Abaixo se encontra a tabela 3 com os resultados de oito regressões, para o período 1993-2003 e 2000-2010, com o produto argentino sendo explicado sucessivamente pelas exportações, consumo privado, consumo

público e formação bruta de capital fixo. Atrasou-se um trimestre a variável explicativa quanto à explicada, para uma leitura dinâmica.

Tabela 3.- Argentina. Resultados de regressões lineares, t -estatísticos- t e valores- p para β . PIB como variável explicada (Y) adiantada em um semestre, 1993-2003 e 2000-2010. Observações em milhões de pesos correntes

Resultados econométricos			
Regressões lineares ($Y = \alpha + \beta X$)			
1993-2003 44 observações trimestrais		2000-2010 44 observações trimestrais	
PIB \times Exp. PIB = 236.965+1,24 EX R ² = 0,71 DW = 0,75 Stat. t = 10,38649 Valor- p = 0	PIB \times Cons. públ. PIB = 13.072+7,410 CPL R ² = 0,62 DW = 0,76 Stat. t = 8,45 Valor- p = 0	PIB \times Exp. PIB = 40.921+4,10 EX R ² = 0,94 DW = 0,60 Stat. t = 25,88 Valor- p = 0	PIB \times Cons. públ. PIB = 95.973+6,34 CPL R ² = 0,98 DW = 0,36 Stat. t = 48,11 Valor- p = 0
PIB \times FBCF PIB = 173.045+2,30 FBCF R ² = 0,23 DW = 0,23 Stat. t = 3,62 Valor- p = 0,000786	PIB \times Cons. públ. PIB = -674.022+1,82 CPR R ² = 0,90 DW = 0,34 Valor- p = 0 Stat. t = 20,0819	PIB \times FBCF PIB = 111.879+3,98 FBCF R ² = 0,97 DW = 0,74 Stat. t = 39,54 Valor- p = 0	PIB \times Cons. priv. PIB = -6.166,0+1,82 CPR R ² = 0,99 DW = 2,36 Valor- p = 0 Stat. t = 129,5

NOTAS: EX: Exportações; FBCF: Formação bruta de capital fixo; CPR: Consumo privado; CPL: Consumo público; DW = Estatística Durbin-Watson; Stat. t = t -estatístico.

FONTE: Elaboração própria com dados do INDEC (no endereço do INDEC, ver o quadro 9.1, "Oferta y demanda globales, valores trimestrales").

Percebe-se pela leitura das regressões referentes ao comportamento econômico entre 1993 e 2003 que o consumo privado seria o elemento que mais explicaria o comportamento do produto (valor de R² de 0,90), com uma irrelevante explicação da formação bruta de capitais e uma baixa explicação dos investimentos públicos. Dá-se a entender que o pouco crescimento que a economia obteve naquele momento esteve pouco relacionado com investimentos produtivos, o que é um fator explicativo do pobre desempenho do país e da posterior crise.

Isto é, o crescimento obtido durante o *menemismo* tinha fracas bases de sustentação pois não deixava um aumento líquido de infraestrutura e meios de produção. O moderado poder explicativo das exportações (0,71 de R²) também confirma a dificuldade de exportar pela qual passou o país no período. A fraca relação entre o consumo do governo e o crescimento do PIB (0,60 para R²) sugere que os gastos daquele estiveram relacionados mais com outros fatores (dívida externa, alto endividamento, desvio de recursos) do que com elementos expansivos.

O período da administração dos Kirchner apresenta resultados distintos, ainda que a leitura dos valores regressionais seja apenas sugestiva, devendo ser

acompanhada de outros aspectos interpretativos, devido à alta auto-correlação dos erros nos resíduos (baixo valor para Durbin-Watson). Dados os resultados obtidos, a formação bruta de capital explicaria muito melhor as variações do produto interno bruto (0,97 de R^2), o que nada mais significaria que se voltou a investir domesticamente. O comportamento das outras variáveis de demanda agregada também apresentaria bons componentes explicativos, todos se relacionando positivamente (t -estatístico maior que o valor referência de 1,684 para 44-2 graus de liberdade a 95% de significância). Tal traduziria um comportamento mais homogêneo e equilibrado da economia no período.

É digno de nota assinalar, no entanto, que o forte componente explicativo das exportações sugere uma grande dependência das exportações, diminuindo sobremaneira a autonomia das políticas locais. Comparada por exemplo ao Brasil, a Argentina tem um maior valor de comércio internacional em relação ao produto (*trade to GDP ratio*, segundo a definição da Organização Mundial do Comércio), dependendo ainda mais de condições internacionais favoráveis. A taxa de comércio quanto ao produto interno bruto argentino chega, segundo a Organização Mundial do Comércio, a 41,3%, para os anos entre 2008 e 2010. (O Brasil apresentou uma taxa de 23,8% para o mesmo período)¹⁵. Assim, não haveria razões para julgar-se improcedente o grande componente explicativo do produto encontrado nas exportações.

3.2. AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA

Maria Soledad Puechagut afirmou (2012, p. 9) que *“desde la caída del régimen de convertibilidad se registró un incremento prominente en la rentabilidad de la producción agrícola [argentina]. En una primera fase, este proceso estuvo asociado al sostenimiento de un tipo de cambio real elevado, mientras que desde el año 2007 el mantenimiento de los niveles de rentabilidad estuvo más bien determinado por una marcada elevación de los precios de los productos agrícolas en el mercado internacional”*. Realmente, ao longo de 2004 e 2009, a superfície plantada de cereais argentina, bem como a produção destes apresentou diminuição total, com queda de itens como trigo¹⁶. A superfície plantada de cereais na colheita de 2004-2005 chegava a 12,3 milhões hectares; ela passou a 10,7 milhões de hectares na próxima colheita, e depois a 11,7 milhões entre 2006-2007. Foi a 12,5 bilhões na colheita de 2007-2008 e a 11,4 milhões na de 2008-2009. As superfícies plantadas de alpiste, aveia, centeio e trigo diminuíram no período.

Particularmente, a área de plantação de trigo decaiu da casa de 6,2 milhões de hectares em 2004-2005 para 4,7 milhões em 2008-2009. A produção global de cereais teve queda de 12,3 milhões de toneladas em 2004-2005 para 11,7 milhões

15 Ver *Country Profile* em <www.wto.org>.

16 Para este item, ver a Seção Agricultura em <www.indec.gov.ar>.

em 2006-2007, e 11,4 em 2008-2009. As oleaginosas tiveram crescimento entre 2004 e 2006, indo de 40 a 51 milhões de toneladas, com crescimento particularmente grande da soja, cuja colheita evoluiu de 38 a 46 milhões de toneladas (tabela 4).

Tabela 4.- Argentina. Produção (toneladas) e área plantada (1.000 hectares) de cereais selecionados. 2004-2009

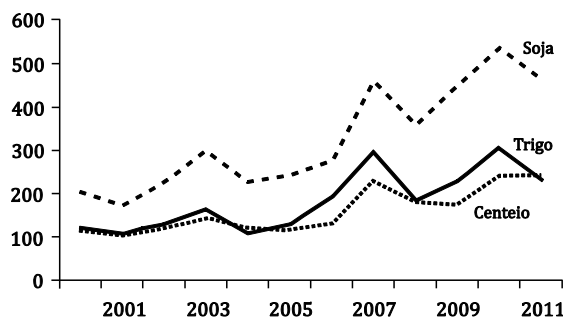
Colheita	Produção (em toneladas (1.000))									
	Total	Alpiste	Arroz	Aveia	Cevada	Centeio	Milho	Milho miúdo	Sorgo	Trigo
2004-2005	41.839,0	16,5	956,3	536,1	886,3	91,9	20.482	16,3	2.894,0	15.959
2005-2006	31.646,0	14,7	1.193,5	226,9	796,2	33,1	14.445	15,5	2.327,0	12.593
2006-2007	41.728,0	8,9	1.080,0	243,0	1.265,0	17,5	21.755	14,5	2.795,0	14.548
2007-2008	44.595,0	9,1	1.245,8	472,4	1.474,0	77,2	22.016	14,8	2.936,0	16.347
2008-2009	26.655,0	10,0	1.334,2	290,5	1.681,0	33,9	13.121	5,9	1.805,0	8.372
Colheita	Superfície colhida (em hectares (1.000))									
	Total	Alpiste	Arroz	Aveia	Cevada	Centeio	Milho	Milho miúdo	Sorgo	Trigo
2004-2005	10.216,2	15,4	158,9	291,3	270,7	62,5	2.783	9,4	558,0	6.066
2005-2006	8.554,9	13,3	169,0	148,2	265,2	28,7	2.447	9,8	497,6	4.975
2006-2007	9.644,9	8,6	164,6	138,0	335,8	14,8	2.838	10,2	594,4	5.540
2007-2008	10.687,2	10,2	182,5	224,2	416,3	38,7	3.412	10,5	618,6	5.774
2008-2009	8.096,7	11,1	193,8	211,8	570,1	33,6	2.353	3,4	456,5	4.263

FONTE: INDEC.

A relação entre a produção e a área cultivada de cereais na Argentina, ou o nível de produtividade do solo utilizado, flutuou em torno da média de 4 a 3, sem tendência nítida no período. Certamente, a diminuição da oferta de bens-agrícolas representou, junto com a desvalorização do peso, um fator importante no aguçamento da inflação em 2009, que atingiu 10% ao ano. Tanto os cereais como as oleaginosas, bem como os agropecuários não tiveram bons anos em 2008 e 2009, refletindo-se neles os meses de paralisação das atividades, devido aos distúrbios relativos à resolução 125 acima mencionados.

No setor agropecuário, deu-se uma elevação de 1,12 vezes entre 2003 e 2009 no abate de porcos, vacas e ovinos. As exportações cresceram 0,86 vezes entre 2003 e 2009, e a produção para consumo interno 1,14 vezes –um reflexo do crescimento do mercado local–. Deu-se um *trade off* entre as vendas externas e as locais, estas últimas de mais fácil realização devido à proximidade e aos custos logísticos. Abaixo se encontra o gráfico 2 com cotações de exportações de itens selecionados.

Gráfico 2.- Cotações de itens selecionados (em dólares por tonelada), 2000-2011



FORNTE: Ministério de Agricultura, Agropecuária e Pesca argentino.

Quanto à mudança na lei de retenções, é cabível afirmar que os exportadores *perderam* com a manutenção da legislação até então vigente, que havia sido introduzida por Néstor Kirchner anos antes (que estabeleceu 35% de tributos sobre a soja). Mesmo com as recentes valorizações internacionais em 2009 e 2010, os valores totais de cobrança estabelecidos na tabela da resolução 125 dificilmente seriam atingidos. No caso da soja, que envolvia o item de maior valor da pauta, entre 2008 e 2010 ela teve sua cotação entre 400 e 500 dólares por tonelada. Ou seja, permanecendo o valor da soja abaixo de 500 dólares por tonelada em 2010 e 2011 –com uma tendência de queda devido ao agravamento das condições econômicas internacionais –, a tributação envolvida nas retenções cairia a 30% sobre este item se a nova resolução tivesse sido aprovada, de acordo com a fórmula estabelecida. Mantida a cotação da soja abaixo de 500 dólares por tonelada, a perda dos exportadores envolvida pela não aprovação da resolução foi de cinco pontos percentuais, dada a legislação vigente. Tal como se vê no gráfico 2, o padrão de flutuações para outros artigos foi similar no fim da década, de modo que estas perdas para os exportadores não envolveram somente a soja.

A produção agrícola argentina tem se aproveitado da extensão territorial para aumentar os volumes colhidos com menor esforço produtivo de reaproveitamento. Dados relativos ao avanço sobre áreas virgens e aproveitamento de curto-prazo do solo são evidenciados pelo documento *Sistema de indicadores de desarrollo sostenible*, da *Secretaria de Ambiente y Desarrollo Sostenible* argentina (2010). Aí indica-se que houve o desaparecimento de aproximadamente dois milhões de hectares de bosques nativos entre 2002 e 2010 no país. Os autores do documento afirmam que “*esta situación pone en evidencia que Argentina atraviesa uno de los períodos de deforestación más relevantes de su historia, provocada fundamentalmente por la conversión de tierras forestales en tierras de uso agrícola*” (p. 36)¹⁷. Por outro lado, a porcentagem das áreas atingidas por erosão, hídrica e

¹⁷ Disponível em <<http://www.ambiente.gov.ar/?idseccion=217>>.

eólica, elevou-se em aproximadamente 1% entre 1990 e 2000, chegando a 21% do território total do país para 2000 (ver p. 41 e subsequentes do mencionado documento).

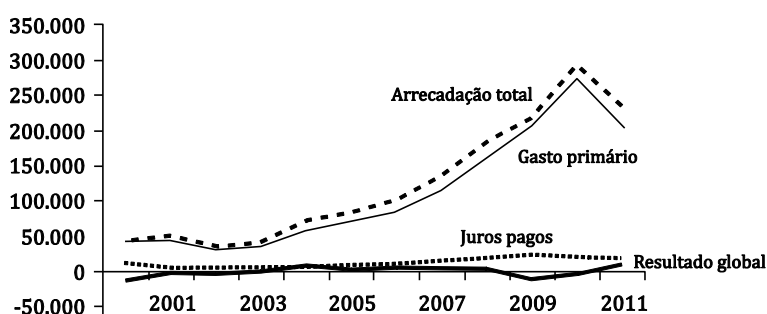
3.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E MEIOS DE PAGAMENTO

O abandono do *currency board* e a política de renegociação de um total de aproximadamente 70% da dívida externa pública, incluindo maiores prazos de quitação e menores juros, ainda que tomados nas circunstâncias conhecidas, tornaram mais fácil uma política de expansão por parte do governo, por eliminar parte importante da restrição externa de curto prazo às políticas do governo. Consequentemente, no nível financeiro da administração federal, o governo de Néstor Kirchner conseguiu aplicar resultados globais (juros incluídos) superavitários de 2003 a 2007. Os impostos federais supridos pela cobrança dos direitos de exportação cresceram quase três vezes entre 2003 e 2007, somando 11% da arrecadação em 2011.

De fato, a arrecadação e os gastos reais cresceram mais rapidamente que os juros pagos. Observando-se as contas tais como informadas pelo INDEC, o montante de juros com relação à arrecadação passou de 11% em 2003 (estava em 23% em 2000) para 7% em 2004, foi de novo a 11% em 2007 e a 10% em 2008¹⁸. A participação do governo nos gastos de investimento real cresceu de 3% para 5% entre 2003 e 2008. O governo viu as arrecadações de empregados à previdência crescerem 3,5 vezes entre 2003 e 2008, ao passo que a dos empregadores cresceu 2,5 vezes.

O gráfico 3 recolhe as despesas do governo nacional argentino discriminadas, com dados fornecidos pelo INDEC.

Gráfico 3.- Argentina. Despesas do Governo nacional, 2000-2010 (em milhões de pesos correntes deflacionados pelo índice de preços ao consumidor para a Grande Buenos Aires)



FONTE: Elaboração própria com dados do INDEC.

18 Ver *Niveles de Gobierno* em <www.indec.ar.gov/>.

Tal como visto acima, ao longo dos anos 2000 os gastos do governo voltaram a relacionar-se diretamente com o crescimento do produto, o que é mostrado pela elevação de 0,62 para 0,91 no R^2 nas equações lineares estimadas. A diminuição do valor de β também sugere que um menor volume de gastos foi necessário para atingir o mesmo resultado nos anos 2000 do que nos anos 1990. O Fundo Monetário Internacional declarava em seu *Regional Economic Outlook-Western Hemispheres* (2011, p. 23) que na região latino-americana “highly expansionary macroeconomic policies in most countries [of Latin American] are stimulating demand and fueling inflation”. Porém, segundo o que informe o INDEC, a administração de Néstor Kirchner manteve superávits primários durante todo o período de governo (2003-2006), e somente em 2009 a administração de Cristina Kirchner incorreu em déficit global. Além disto, como se vê no gráfico 4, a relação juros/gastos caiu, com arrecadação e gastos em alta até 2008.

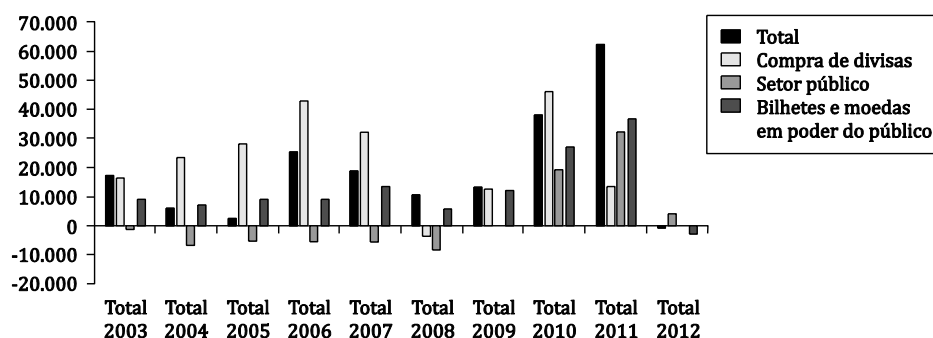
De fato, desde os tempos como governador da província de Santa Cruz, Kirchner havia sempre insistido na necessidade de superávits das contas públicas, perspectiva mantida por sua administração e em parte pela de sua esposa. A administração de Cristina estabilizou e mesmo diminuiu a relação dívida pública/PIB, que estava em 53% em 2008 e caiu para 42% entre 2008 e 2011. Os pagamentos da dívida pública, que chegaram a 25 bilhões de pesos em 2009, e 23 bilhões em 2010. As *asignaciones* por família chegaram a 5% dos gastos correntes em 2008 e 4% em 2009.

A partir de 2009, a economia contagiou-se com o ambiente externo recessivo, e a arrecadação caiu, seguida de perto pelos gastos. Quanto a isto, o governo de Cristina mostrou-se conservador na administração de despesas, diminuindo-as no calor da crise internacional, enquanto que as despesas com juros cresceram devido à maturação de títulos BONAR, bônus PAR e *Discount*, Letras do Tesouro e outros negociados na operação de *canje* acima mencionada¹⁹. Esta elevação dos pagamentos foi responsável pela despoupança do governo nestes dois anos, que incorreu em déficits globais no próprio momento em que a economia desacelerava. Diante da arrecadação em queda, diminuiu gastos correntes e adicionou um peso negativo à demanda agregada, já que as exportações caíram 15 bilhões de dólares entre 2008 e 2009 (de 77 bilhões de dólares foram a 50 bilhões). O montante de juros pagos pelo governo ao longo dos anos 2003 decresceu com relação à arrecadação, indo de 11% a 7% entre 2003 e 2011.

No gráfico 4 recolhe-se a base monetária argentina e alguns de seus componentes ao longo dos anos 2000.

19 “Con relación a los intereses (\$4.353,3 millones) el aumento verificado corresponde mayormente a la atención de los intereses de los títulos BONAR, de los bonos PAR y Discount, de las Letras del Tesoro, de los pagarés instrumentados en la operación de canje de los préstamos garantizados y los derivados de la operación de financiamiento con el Banco de la Nación Argentina”, Resolución Conjunta de la Secretaría de Finanzas N° 31/09 y de la Secretaría de Hacienda N° 105/09 del Gobierno argentino, *Boletín Fiscal*, 4º trim. de 2009, p. 56. Disponível em <<http://www.mecon.gov.ar/onp/html/boletin/4totrim09/4totrim09.pdf/>>.

Gráfico 4.- Argentina. Fatores explicativos da base monetária, 2000-2012 (em milhões de pesos correntes)



FONTE: Elaboração própria com dados do Banco Central da República Argentina.

Segundo tais dados do Banco Central, a política monetária se mostrou estável²⁰. O agregado monetário *M1* mostrou-se permanente como proporção do produto, bem como *M2* e *M3*. Tal como mencionado na introdução, a compra de divisas pelo Banco Central aparece como o primeiro fator explicativo de crescimento da base monetária. A participação do setor público para esta foi negativa, dados os superávits primários obtidos ao longo do referido período, tendo se elevado significativamente até 2007, com uma queda em 2008, quando o Banco Central vendeu dólares para evitar uma pressão sobre o peso, devido à queda do volume exportador. Após 2008, a compra de divisas pelo Banco Central desacelerou, com exceção de 2010, quando se deu o maior volume de compra do período 2003-2011, com 46 bilhões de pesos injetados no sistema financeiro. Diante de uma base monetária estável e dos superávits fiscais durante a década, vê-se que o aumento da inflação durante a década mostra-se pouco relacionado com causas fiscais ou monetárias, melhor sendo explicado por um misto de componentes cambiais, oligopólicos, oferta restrita em pontos da cadeia produtiva e a diminuição da oferta agrícola²¹.

Estes dados sugerem, em geral, um aumento da racionalidade na alocação dos gastos públicos, com as despesas correntes acompanhando o nível do produto ao mesmo tempo em que manteve o controle da relação despesas/receitas. Devido às idiossincrasias do projeto políticos dos Kirchner, este aumento de racionalidade envolveu também uma maior redistribuição da riqueza local,

20 Para mais dados, ver o informativo "Radar", do Banco Central da Argentina, bem como as séries históricas disponíveis em <www.bcra.gov.br/>.

21 Por exemplo, o Secretário para Transportes, Jorge Schiavi denunciou a companhia petrolífera anglo-holandesa Shell e a YPF (*Yacimientos Petrolíferos Nacionales*), no programa 6,7,8 do *Canal Siete* (Público), no dia 16 de Janeiro de 2012, por aumentos abusivos de preços dos combustíveis básicos. Exemplificava, com dados concretos, como os preços na Argentina estão sujeitos à manipulação de grupos oligopolísticos. Suas declarações e dados apresentados podem ser vistas no endereço eletrônico do canal <<http://www.tvpublica.com.ar/>>. Dada a estrutura oligopólica da economia referida, o aumento de salários geralmente é respondido por aumento das margens de preço.

particularmente mediante a recuperação do poder do salário mínimo, o aumento dos tributos sobre o setor exportador e a *asignación universal por hijos*. Este último elemento de política social redistributiva implicava na garantia de um volume de consumo básico para as famílias mais pobres, com óbvios implicantes para o aumento da demanda para a produção local, mediante redistribuição do excedente para famílias com maior propensão a consumir. Tais medidas não evitaram, porém, que a Argentina continuasse a apresentar uma alta concentração de renda.

Quanto à arrecadação, o governo manteve praticamente inalteradas as porcentagens de cobrança sobre as diferentes fontes de receitas. Os impostos sobre rendas de pessoas físicas (*ganancias de las personas físicas*) abarcaram 6% do total arrecadado entre 2005 e 2010. No cômputo global, os impostos sobre lucros das companhias diminuíram de 12% a 9% no mesmo período. Por sua vez, os direitos de retenção somaram 8% do total arrecadado pelo governo federal, com um breve aumento de 11% em 2008. A maior porcentagem de arrecadação continuou a ser a dos impostos internos sobre bens e serviços, que apresentaram leve queda entre 2005 e 2010, indo de 32% a 29%. Deste modo, também sob o conceito de arrecadação, as administrações dos Kirchner apresentaram um perfil discreto²².

3.4. SETOR EXTERNO

Nesta seção abordam-se aspectos relacionados às transações internacionais argentinas. A tabela 5 resume as transações do balanço de pagamentos argentino entre 2000 e 2010, com dados fornecidos pelo INDEC. A recuperação da economia argentina ao longo dos anos 2000 explica-se em parte pela diminuição da restrição externa ao crescimento, mediante a renegociação da dívida externa, bem como pela elevação dos saldos comerciais positivos. Estes foram auxiliados pela desvalorização real do peso.

O desempenho frágil do setor externo argentino resumia as políticas deficientes da década anterior aos anos 2000, particularmente sua tradução em alto endividamento em dólar e uma alta relação dívida/exportações. A conta corrente do balanço de pagamentos argentino acumulou saldos negativos entre 1992 e 2001, mostrando que o *currency board* não era viável²³. A desvalorização do câmbio e a renegociação das parcelas do endividamento externo, junto da melhoria do cenário internacional até 2008 trouxeram uma modificação crucial para o balanço de pagamentos argentino. O saldo comercial saiu de 2 bilhões de dólares em 2000 e se elevou para 17 bilhões em 2002. Em 2003 chegou a 16 bilhões e a partir daí nunca caiu abaixo de 13 bilhões, compondo-se um cenário distinto ao dos anos noventa.

22 Mais dados sobre arrecadação podem ser fornecidos pelo endereço eletrônico da Secretaria da Fazenda do Ministério de Economia.

23 Ver *Balance de Pagos*, vários quadros, disponível em <www.indec.gov.ar/>, Seção de Estatísticas.

Tabela 5.- Argentina. Contas selecionadas do balanço de pagamentos, 2000-2010 (em milhões de dólares)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Conta corrente	-8.955	-3.780	8.767	8.140	3.212	5.274	7.768	7.354	6.756	11.085	3.016
MERCADORIAS	2.451,9	7.384,9	17.177,5	16.804,6	13.264,6	13.086,6	13.958,3	13.455,8	15.422,6	18.525,9	14.266,2
Export. FOB	26.341	26.543	25.651	29.939	34.576	40.387	46.546	55.980	70.019	55.672	68.134
Import. FOB	23.889	19.158	8.473	13.134	21.311	27.300	32.588	42.525	54.596	37.146	53.868
SERVIÇOS	-4.284	-3.863	-1.460	-1.193	-1.331	-992	-501	-513	-1.284	-1.191	-962
Exportações	4.936	4.627	3.495	4.500	5.288	6.634	8.023	10.363	12.156	11.038	13.112
Importações	9.219	8.490	4.956	5.693	6.619	7.626	8.523	10.876	13.440	12.229	14.074
RENDAS	-7.522	-7.727	-7.491	-7.975	-9.283	-7.305	-6.150	-5.942	-7.552	-8.956	-9.942
<i>Rendas invers.</i>	-7.530	-7.731	-7.466	-7.950	-9.244	-7.254	-6.090	-5.870	-7.494	-8.887	-9.882
Juros	-5.921	-7.473	-7.696	-7.317	-6.956	-3.359	-1.151	-629	-1.400	-2.260	-7.223
Crédito	6.431	4.689	2.653	2.615	2.818	3.238	3.993	5.072	4.205	2.140	1.680
Débito	12.352	12.162	10.349	9.932	9.774	6.598	5.143	5.701	5.605	4.400	4.403
<i>Lucros e divid.</i>	-1.609	-258	230	-633	-2.287	-3.895	-4.939	-5.241	-6.094	-6.627	-7.159
Crédito	978	635	350	451	861	1.023	1.638	1.487	1.324	1.292	941
Débito	2.588	893	120	1.084	3.149	4.917	6.577	6.728	7.418	7.919	8.100
Outras rendas	8	4	-25	-26	-39	-51	-60	-72	-58	-69	-60
TR. CORRENTES	399	424	540	504	561	484	459	353	170	2.706	-346
Conta capital e financeira	8.732	-5.442	-11.404	-3.173	1.574	3.472	-5.401	6.680	-7.809	-9.330	3.858
CONTA CAPITAL	106	157	406	70	196	89	97	121	181	74	78
Ativ. não fin.	106	157	406	70	196	89	97	121	181	74	78
Conta financ.	8.626	-5.598	-11.810	-3.243	1.378	3.383	-5.498	5.559	-7.990	-9.404	3.780
Setor bancár.	67	11.588	-2.573	-3.001	-3.097	-4.356	-10.508	1.583	1.733	-986	-2.566
BCRA	762	10.743	-1.808	-868	-1.990	-2.922	-10.400	1.493	1.823	-1.404	-2.910
Outr. ent. fin.	-695	845	-765	-2.133	-1.107	-1.434	-108	90	-90	417	344
<i>Setor públ. não financeiro</i>	8.253	-3.388	3.618	4.641	4.974	3.428	3.437	2.404	-517	-732	2.243
Governo nac. (2)(3)	7.409	-2.926	3.683	4.739	5.043	3.344	2.957	2.158	-298	-632	520
Gov. locais	1.276	-59	237	167	191	334	809	448	-102	-65	1.784
Emp. e outros	-433	-404	-302	-265	-260	-251	-329	-202	-117	-35	-61
<i>Setor priv. não fin.</i>	305	-13.798	-12.856	-4.882	-499	4.311	1.573	1.572	-9.206	-7.685	4.103
ERROS E OMISSÕES	-216	-2.861	-1.878	-1.387	533	111	1.163	63	1.062	-409	-2.717
VAR. RES. INTER.	-439	-12.083	-4.516	3.581	5.319	8.857	3.530	13.098	9	1.346	4.157
Res.inter.BCRA	-424	-12.005	-4.437	3.643	5.527	8.431	3.960	14.139	210	1.582	4.222
15	79	79	62	208	208	-426	430	1.041	201	225	65

FONTE: INDEC.

O fluxo de exportações argentinas compunha saldos relativos muito baixos desde pelo menos 1992. Desde o fim de 1998 as exportações argentinas permaneciam relativamente baixas face às importações, com dificuldade para crescimento. Entre 1997 e 2002 as exportações apresentaram os seguintes resultados: 26,4 bilhões de dólares em 1998; 23,3 bilhões em 1999; 26,3 bilhões em 2000; e 26,5 bilhões em 2001. A desvalorização do real em 1999 afetou bastante as vendas argentinas, particularmente, principalmente porque o país acumulava saldos negativos na conta corrente pelo menos desde 1992, e com

exceção de 1995 e 1996 na balança comercial. Após 2001, a situação melhorou, seguindo-se superávits na conta corrente, com um salto maior de exportações. As vendas externas elevaram-se de dois bilhões e quatrocentos milhões de pesos em 2000 para 17 bilhões em 2003, estabilizando-se em torno de 15 bilhões a partir desta data, até o fim da década.

Em 2011, o Brasil era o destino de 21,2% das vendas externas argentinas, seguido pela União Europeia, com 16,4% e pela China, com 8,5%²⁴. A pauta compunha-se principalmente de primários e bens industriais derivados de alimentos. Desvalorizando-se o peso e poupando divisas, permitiu-se um saldo em crescimento de moeda forte sem o qual a expansão do produto e do próprio comércio exterior seriam obstruídas. O aumento das vendas ao sudeste asiático, Europa e ao Brasil, auxiliaram nos termos de intercâmbio (E/I), que atingiram o valor de 3,03 em 2003, depois de permanecerem abaixo de 1 por quase toda a década de 1990. Permaneceram na média de 1,5 ao longo dos anos 2000.

Como observado, o movimento exportador argentino foi beneficiado pela desvalorização do peso. Mas qual foi a desvalorização real da moeda face ao *real* e ao *dólar*, as duas principais moedas de referência para o comércio exterior do país? Uma estimativa do câmbio real na Argentina é feita na tabela 6²⁵.

Percebe-se uma desvalorização real de 3,35 vezes quanto ao dólar e 3,18 vezes quanto ao real. A taxa de câmbio nominal com a moeda dos Estados Unidos, no início de 2002, chegou inicialmente a passar ao valor de um peso e sessenta centavos por dólar. Uma desvalorização de nada menos que 60%. Esta desvalorização inicial foi aguçada logo em maio deste mesmo ano por um aumento ainda maior do preço do dólar, que chegou a ser cotado em três pesos (desvalorização de 300%!). Seguiu-se uma valorização temporária, situando o dólar em 2,93 pesos ao longo de 2003. Estabilizou-se posteriormente em 3,10 ao longo dos anos seguintes. A partir de 2008, o peso sofreu nova desvalorização nominal, situando-se a taxa de câmbio na faixa de valores de 3,71-3,90 em média. Em 2011, chegou a 4,10 dólares, como valor médio.

Por sua vez, a paridade real do peso quanto ao real brasileiro atravessou os anos 2000 mais próxima da taxa nominal, dada a inflação brasileira maior que a dos Estados Unidos. Com exceção de 2004, a inflação argentina superou a brasileira em quase todos os anos da década em questão. Depois da desvalorização do peso com o fim do *currency board*, a inflação argentina chegou a ser de aproximados 39% ao ano em 2003, passando a 2% em 2004, 7% em 2005, 12% em 2006, e oscilando entre 8% e 11% a partir de então, contrariamente à

24 Ver *Country Profile* na Organização Mundial do Comércio <www.wto.org>.

25 O cálculo da taxa real de câmbio realizou-se pela fórmula $E = e P' / P$, onde E é a taxa de câmbio real; e é a taxa de câmbio nominal; P' é o nível de preços do país estrangeiro; e P é o nível de preços domésticos. Para Brasil, foi utilizado o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) anual, fornecido pelo IPEA; para a Argentina, o IPC (Índice de Preços ao Consumidor para a Grande Buenos Aires); para Estados Unidos, utilizou-se o *Economic Report of the President* (2011), tabela B-63, anexo estatístico *Changes in Special Consumer Prices Indexes, All Items*). As taxas nominais de câmbio anual foram fornecidas pelo Banco Central da Argentina.

brasileira, que oscilou, com exceção de 2002, entre 9% e 4%, segundo o IPCA brasileiro.

Tabela 6.- Argentina. Taxas de câmbio nominais e estimativa de taxas reais, 2000-2010

	Peso/Dólar nominal	Inflação Argentina	Inflação EUA	Taxa real	Peso/Real nominal	Inflação Argentina	Inflação Brasil	Taxa real
2000	1,00	0,91	1,03	1,13	0,99	0,91	1,05	1,14
2001	1,00	0,89	1,06	1,19	0,99	0,89	1,07	1,19
2002	3,49	1,25	1,02	2,85	3,06	1,25	1,12	2,74
2003	2,96	1,39	1,09	2,32	2,90	1,39	1,09	2,27
2004	2,97	1,02	1,03	3,00	2,92	1,02	1,07	3,06
2005	3,01	1,07	1,03	2,90	2,90	1,07	1,05	2,85
2006	3,06	1,12	1,02	2,79	3,05	1,12	1,03	2,80
2007	3,13	1,09	1,04	2,99	3,09	1,09	1,04	2,95
2008	3,42	1,08	1,00	3,17	3,14	1,08	1,05	3,05
2009	3,80	1,08	1,02	3,59	3,70	1,08	1,04	3,56
2010	3,97	1,10	1,05	3,79	3,80	1,10	1,05	3,63

FONTE: Elaboração própria com dados do INDEC, Banco Central da República Argentina, Banco Central do Brasil, e *Economic Report of the President* (2011).

Quanto às outras transações correntes, o montante de juros pagos ao exterior apresentou queda depois da moratória em 2001, indo de 12 bilhões a 10 bilhões de dólares entre 2001 e 2002. Caíram de 9 a 6 bilhões de dólares entre 2002 e 2005, permanecendo em aproximados 4 bilhões a partir de 2009. Um aumento das exportações conjugado com uma reestruturação da dívida externa, e conseqüentemente com uma queda dos juros pagos, permitiu um alívio em moeda forte (principalmente dólar) e a recuperação do poder de compra no exterior.

Por sua vez, como se vê para o item de rendas, as despesas com juros apresentam substancial diminuição ao longo da década, com queda de 12 bilhões em 2000 para aproximados 9 bilhões em 2004, e para 5 bilhões em 2008, terminando-se a década num total aproximado de 4 bilhões pagos, ou aproximadamente 30% do valor em 2001. A recuperação do movimento acumulativo foi acompanhada por um aumento das remessas de lucros e dividendos ao exterior, que em 2003 situavam-se em 120 milhões de dólares em 2002 e passaram a 3 bilhões em 2004, dando-se o pico em 2009, com mais de 7 bilhões remetidos ao exterior. Denota-se portanto uma relação positiva entre a atividade econômica interna e as remessas de rendimentos ao exterior.

Não obstante a renegociação da dívida externa, e a retomada das exportações e do crescimento doméstico, o mercado internacional de capitais continuou recalcitrante quanto aos investimentos na Argentina, como se pode notar na conta capital do balanço de pagamentos. A situação entre 2001 e 2003 foi de fato bastante crítica quanto aos investimentos estrangeiros no país, com um saldo negativo acumulado de aproximadamente 20 bilhões de dólares. Isto é notável pelo nível de atração de investimento estrangeiro na década de noventa, quando a Argentina parecia ser o caso de maior sucesso das políticas de dolarização na

região latino-americana. Em 2004 o país recebeu apenas 1,3 milhões de dólares, com elevação para 3,3 milhões no ano posterior. Porém, novamente em 2005 dá-se um saldo negativo de 5,5 milhões, o que ocorreu novamente em 2008 e 2009. Os conflitos agrários, a instabilidade política criada pelos setores conservadores, e a existência de um governo com políticas mais autônomas certamente são elementos que explicam a baixa disposição dos investidores internacionais em aplicar recursos na Argentina.

4. BALANÇO

Eul-Soo Pang afirmou no início da década de 2000 (2002, p. 121) que a Argentina, “*the most flamboyantly neoliberal country in Latin America during the 1990s, will be the first to turn its back on globalization and its accompanying consequences*”. Ele se referia à situação crítica que o país atravessava e à impossibilidade de levar adiante as mesmas políticas de *sound macroeconomic fundamentals*. A avaliação talvez tenha sido muito radical, pois a Argentina continua, mais de dez anos depois do plano de *convertibilidade*, com uma economia aberta para o comércio e investimentos internacionais; mas é inegável que o padrão de políticas levadas à frente por Domingo Cavallo, Ministro da Economia durante boa parte do governo Menem, foi abandonada, particularmente depois da eleição de Néstor Kirchner.

As administrações de Néstor e Cristina Kirchner, ao longo da década de 2000, buscaram um comportamento mais intervencionista e nacionalista de política econômica, sinalizando um diferencial como as políticas vigentes nos anos 19(90). Porém, mantiveram *superávits* das contas públicas durante quase todo o período e retomaram laços com os investidores internacionais, mediante a regularização das dívidas do governo. Administrando sob críticas à direita e à esquerda, e herdando um cenário de desindustrialização, perseguiu-se um discurso de valorização do “nacional” e obtiveram-se altas taxas de crescimento num ambiente de crescimento também rápido da inflação.

Que ilações podem ser feitas a partir da experiência argentina de recuperação? Primeiramente, que parte importante da recuperação significou reativar os recursos ociosos existentes na economia pelas políticas anteriores ao interlúdio 2001-2003. Como se viu acima, a economia do país encontrou até pouco tempo dificuldade para atingir uma utilização mais satisfatória de máquinas e força de trabalho disponíveis. Porém, como mostram dados referentes a alguns setores específicos, a utilização de capacidade instalada não dependeu apenas de sua existência prévia, mas de uma série de fatores que aqui se poderiam resumir em: a) recuperação da capacidade fiscal e portanto de gastos do Estado, mediante renegociação da dívida externa; b) a utilização da melhoria fiscal para fins expansivos; c) desvalorização do peso, levando a aumento das exportações e d) cenário externo favorável às *commodities*.

As políticas adotadas ajudaram a recuperar condições mais favoráveis a inversões, mediante programas de transferências de renda e investimentos públicos, gerando naturais efeitos multiplicadores no setor privado. Dentro deste contexto, o crescimento da inflação pode ser explicado por fatores encadeados de câmbio desvalorizado, restrições da oferta agrícola; bem como pela estrutura oligopolizada em diferentes pontos da cadeia produtiva. A inflação argentina é uma consequência inevitável do modelo de crescimento adotado, e, poder-se-ia mesmo dizer, em termos *keynesianos*, um mal menor.

Em fins dos anos noventa, a situação da economia argentina era grave. A política do *currency board* e endividamento internacional haviam levado a uma situação de grandes perdas. O desemprego se encontrava em taxas oficiais de aproximados 20%. O valor do câmbio não tinha correlação com as necessidades de exportação da economia. O orçamento do Estado estava engessado pelos compromissos de sucessivas rodadas de endividamento, com recursos de privatização sendo escoados pelo ralo dos pagamentos de altos juros e descontos nos serviços sociais. O Estado estava endividado e com pouca margem de manobra nas decisões de investimento, tendo vendido todos os ativos produtivos –certamente, um dos aspectos mais negativos da política *menemista*–. O maior parceiro comercial do país –o Brasil– desvalorizava sua moeda em 1999. O aumento da pobreza era visível nas ruas do país e focos de agitação social se avolumavam.

Neste cenário de desinversões sucessivas, *não era óbvio* que a indústria e a economia como um todo pudessem apresentar uma recuperação. Não era só o capital que se encontrava “ocioso”, e “teoricamente” pronto a uma reativação das margens de retorno. Era todo um grupo de variáveis macroeconômicas que emperravam a reativação: câmbio valorizado, cortes sucessivos nos orçamentos federais, ambiente de fraco crescimento internacional até 2003, desmotivação da força de trabalho, incertezas no plano das decisões de investimento privadas etc.. Num cenário de acúmulo de desinversões produtivas, nunca é claro onde o ponto mais baixo do ciclo se situa, e este ponto pode ser rebaixado se novas medidas recessivas são aplicadas. Observando o perfil do produto argentino, este ponto poderia bem ser o caso do ano de 1999 quanto a 1998, ou de 2000 quanto a 1999, ou de 2001 quanto a 2000, ou ainda de 2002 quanto a 2001. De fato, a economia só iniciou recuperação a partir de 2003.

As administrações de Néstor e Cristina Kirchner apresentaram algumas inevitáveis deficiências, como uma crença demasiadamente otimista nos méritos e capacidade do empresariado local. Por sua vez, a postura do governo durante a crise de 2008 talvez tivesse sido demasiadamente conservadora, ou muito otimista. Na esfera dos recursos físicos, a Argentina conheceu um aumento das taxas de depleção do solo, constituindo-se sua extensão territorial uma vantagem para a ampliação extensiva da produção, mediante aumentos da superfície cultivada. Apesar da estabilização da emissão de gases de efeito estufa entre 1997 e 2003, e da estabilização da geração de lixo por habitante (Secretaria de

Ambiente y Desarrollo Sustentable, 2010, p. 69), a taxa de reciclagem de resíduos sólidos urbanos é de apenas 2,5% para 2009. Há assim a ausência de um programa nacional de reciclagem de resíduos, bem como indústrias que se desenvolvem em torno da reciclagem, com amplo uso do petróleo para fins de consumo e tendência para alta de emissão de CO₂ oriunda deste fato. Isto é particularmente notável pela dimensão urbana e pelas capacidades existentes na capital do país, uma das áreas de maior densidade populacional do mundo.

O agravamento das condições do balanço de pagamentos em fins de 2011 levou o governo a uma política de endurecimento das travas de importação, política esta que, ainda que represente méritos dentro de um escopo de substituições domésticas, pode levar a situações não permitidas pelo Mercosul. Por outro lado, ainda que a recuperação da economia possa ser parcialmente entendida dentro do contexto de alta capacidade ociosa de fins dos anos noventa, a ativação de antigas instalações também dependeu de medidas corretas no plano da política econômica, particularmente a desvalorização cambial, a reativação do papel do Estado, e a distribuição de alguma renda. Neste sentido, pode-se considerar como acertada, em grandes linhas, a política econômica do governo no período. Não obstante este cenário mais alentador, a economia da Argentina encontra à frente uma série de elementos desestabilizadores. A julgar pelos dados fornecidos pelas Nações Unidas, o país segue com uma das piores distribuições de renda do mundo, e um grande desemprego disfarçado. Isto evidentemente representa um impedimento importante à atuação do efeito multiplicador.

Anos de baixa criação do emprego²⁶ geraram aumentos de criminalidade, trabalho informal, bem como outros problemas sociais –inclusive com envolvimento de autoridades oficiais–. Há um alto componente de desnacionalização no aparelho produtivo e alta exposição de bens finais ao comércio internacional –segundo aí o padrão das tarifas estabelecidas no âmbito do Mercosul–. Ainda, a resistência dos setores contrários a uma maior intervenção corretiva do Estado torna difícil a aplicação de muitas políticas corretas. Muitas vezes, a aplicação destas políticas é maculada por uma visão excessivamente curto prazista e delineada por ópticas não exatamente econômicas, como quando da reação dos setores agroexportadores à chamada resolução 125, que previa uma alteração das tarifas cobradas à exportação, flexibilizando-as na alta e na baixa do ciclo. Sua não aprovação levou de fatos a perdas *para todos* em 2009 e 2010: menor safra devido à paralisação, maior inflação, maior imposto *fixo* pago pelas exportações dada a cotação à época etc. A luta pela manutenção dos 4% adicionais das retenções da soja (assim como outros grãos) no momento da alta foi rapidamente perdida pela queda da cotação das *commodities* a partir de 2009, na ausência da aplicação da nova resolução.

26 Piñeiro (2011, p. 125) afirmou: “Tras seis años de crecimiento económico récord en el país, los problemas de empleo visibles abarcaban aún a una parte muy importante (más del 15%) de la población económicamente activa de los principales aglomerados de Argentina”.

Assim, no contexto argentino ocorre a curiosa situação de que muitos agroexportadores, pequenos empresários, e uma ampla faixa das classes médias apoiem com entusiasmo medidas de internacionalização e abertura, ao mesmo tempo em que veem com reserva políticas distributivas, mesmo que indiretamente estas favoreçam o clima dos “negócios”. Estes setores com mais recursos sabem que, no curto prazo, uma política distributiva incide sobre seus rendimentos, e daí a resistência. O projeto político *kirchnerista*, inspirado pelo ideário estruturalista, e cuja equipe econômica reúne economistas de viés keynesiano, se enquadrou na tentativa de reverter alguns destes limitantes. Não poderiam ser totalmente vitoriosos, de fato, dadas as difíceis relações entre política e economia na Argentina, e mais particularmente a resistência dos setores de renda mais alta em abdicar de parte de seus recursos em *prol* dos interesses coletivos.

O agravamento da crise internacional atual (2008-2012), com diminuição dos saldos comerciais argentinos contribui para dificultar a repetição da experiência de crescimento dos anos 2000, restando às políticas futuras aprofundar espaços internos para crescimento.

BIBLIOGRAFÍA

- ARGENTINA. BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. Buenos Aires: banco Central de la República (BCRA). <www.bcra.gov.ar>.
- ARGENTINA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC). <www.indec.gov.ar>.
- ARGENTINA. MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERÍA Y PESCA. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca. <<http://www.minagri.gob.ar>>.
- ARGENTINA. MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS (2005): *Comunicado de prensa para divulgación inmediata de 18 de marzo de 2005. La Argentina anuncia el resultado exitoso de la oferta de canje*. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. <http://www.mecon.gov.ar/finanzas/sfinan/documentos/comunicado_18_marzo_castellano.pdf>.
- ARGENTINA. MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS (2009): *Decreto 1602/2009, de 29 de octubre de 2009. Asignaciones familiares. Incorporación del subsistema no contributivo de asignación universal por hijo para protección social*. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/159466/norma.htm>>.
- ARGENTINA. MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS. SECRETARÍA DE HACIENDA (2010): *Boletín Fiscal*, 4º trim. de 2009. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, Secretaría de Hacienda. <<http://www.mecon.gov.ar/onp/html/boletin/4totrim09/4totrim09.pdf>>.
- ARGENTINA. MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS. SECRETARÍA DE HACIENDA (2012): *Tributos vigentes en la República Argentina a nivel nacional*. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, Secretaría de Hacienda. <http://www.mecon.gov.ar/sip/dniaf/tributos_vigentes.pdf>.
- ARGENTINA. MINISTERIO DE ECONOMÍA Y PRODUCCIÓN (2008): *Resolución 125/2008, de 10 de marzo de 2008. Derechos de exportación. Fórmula de determinación aplicable a*

- determinadas posiciones arancelarias correspondientes a cereales y oleaginosas*. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Producción. <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/135000-139999/138567/texact.htm>>.
- ARGENTINA. SECRETARIA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SUSTENTABLE DE LA NACIÓN (2010): *Sistema de Indicadores de Desarrollo Sostenible*. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación. <<http://www.ambiente.gov.ar>>.
- BAPTISTA JR., P.N. (2002): "Argentina: uma crise paradigmática", *Revista de Estudos Avançados*, 16 (44) (Janeiro-Abril).
- BASUALDO, E. (2008): "El agro-pampeano: sustento económico y social del actual conflicto en Argentina", *Cuaderno del Cendes*, 25 (68), pp. 29-54.
- BETHELL, L. [org.] (1993): *Argentina Since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BETHELL, L. [org.] (1999): *Cambridge History of Latin American. Volume VIII. Latin America Since 1930 – Spanish South America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA: *IPEData*. Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). <www.ipeadata.gov.br>.
- CANO, W. (1999): *Soberania e Política Econômica na América Latina*. Campinas: Universidade de São Paulo.
- CONDE, R.C. (2009): *The Political Economy of Argentina in the Twentieth Century*. New York: Cambridge University Press.
- FERRER, A. (2010): *La economía argentina, desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (1996): *IMF Approves Stand-By Credit for Argentina*. (Press Release, 96/15). Washington DC, WA: Fondo Monetario Internacional (FMI). <www.imf.org/>.
- FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (2011): *Regional Economic Outlook – Western Hemisphere*. Washington DC, WA: Fondo Monetario Internacional (FMI).
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO. Ginebra: Organización Mundial del Comercio. <www.wto.org>.
- PANG, E.S. (2002): *The International Political Economy of Transformation in Argentina, Brazil and Chile Since 1960*. London: Palgrave Macmillan.
- PIÑEIRO, S.P. (2011). "Crecimiento económico y trabajo en la Argentina post-devaluación. Una aproximación empírica para la medición de los problemas de empleo", en: *Construyendo la investigación social: artículos seleccionados de las V Jornadas de Jóvenes Investigadores del Instituto de Investigaciones Gino Germani/Diego Domínguez*. Buenos Aires: CLACSO/Instituto Gino Germani.
- PUECHAGUT, M.S. (2012): "Expansión y rentabilidad agrícola en la posconvertibilidad", *Voces en el Fénix*, 3 (12), pp. 8-13.
- SOUZA, L.E.S (2007): *Arquitetura de uma Crise – História e Política Econômica na Argentina, 1989-2002*. (Tese de doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- U.S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE (2012): *Economic Report of the President 2011*. Washington DC, WA: U.S. Government Printing Office.